



6ª Semana Social Brasileira
Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho

ECOLOGIA INTEGRAL: O SAGRADO E O BEM VIVER DOS POVOS



CADERNO 5

Coleção Mutirão de Formação

Promoção:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora

Presidente: Dom José Valdeci Santos Mendes

Assessor: Frei Olávio Dotto

Coordenação:

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Oliveira

Pastoral Operária

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Diagramação: Mateus Leal

Secretaria Executiva: Alessandra Miranda

Organização e formato de conteúdo: Alessandra Miranda

Assessoras de comunicação: Osnilda Lima e Jucelene Rocha

Revisão: Elisangela Dias, Francisco José Correia de Araújo e Jane Greco

Apoio

Misereor

Caritas Alemã

Sumário

- 04** Apresentação
- 07** Terra, Teto e Trabalho: direitos sagrados
Francisco de Aquino Junior
- 16** Ecologia integral e Bem Viver:
6ª Semana Social
ou “6ª Semana Socioambiental”?
Moema Miranda
- 21** O profeta Amós e a justiça social,
por terra, teto e trabalho
Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira
- 41** Terra, Teto e Trabalho
Sandro Gallazzi
- 46** O sínodo e os direitos dos povos da Amazônia
Felício Fontes Jrº
- 49** Povos indígenas: esperança e resistência
Antonio Eduardo Oliveira



APRESENTAÇÃO

“A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo”

Sonia Guajajara

A 6ª Semana Social Brasileira tem a alegria de apresentar e disponibilizar a todas as pessoas mobilizadoras dos mutirões pela vida, o **Caderno 5 – Ecologia Integral: o sagrado e o Bem Viver dos povos**

O **Caderno 5** faz parte da **Coleção Mutirão de Formação**, composta por cinco cadernos. São eles:

Caderno 1

Mutirão por Democracia: transformações sociopolíticas e participação social

Este caderno aprofunda sobre o primeiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **democracia** e os temas gerais para reflexão e debate sobre os processos democráticos e de cidadania. São eles: análise de conjuntura; educação popular; religião e política; juventudes; comunicação não violenta; reforma do sistema político e tecnologia.

Caderno 2

Mutirão por Economia: alternativa ao modelo econômico

Este caderno apresenta elementos para o debate sobre o segundo eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **economia**. São eles: economia de Francisco e Clara; modelo econômico na América Latina; Economia Popular Solidária; dívida pública; economia humana e ecológica.

Caderno 3

Mutirão por Soberania: autonomia democrática e desenvolvimento territorial

Este caderno disponibiliza reflexões sobre o terceiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **soberania**. São elas: soberania nacional popular e democrática; desenvolvimento e soberania alimentar.

Caderno 4

Mutirão por Terra, Teto e Trabalho: território, direitos sociais e cidadania

Este caderno apresenta o debate sobre os temas centrais da 6ª Semana Social Brasileira: **terra, teto e trabalho**. São eles: territórios; comunidades tradicionais; direito à cidade; desigualdades; mineração; energia; mulheres e trabalho; questão agrária; racismo; direito à água; encarceramento; Sistema Único de Saúde - SUS; migração e tráfico de pessoas.

CADERNO 5

Ecologia Integral: o sagrado e o Bem Viver dos povos

Este caderno aprofunda conteúdos sobre a dimensão da mística e espiritualidade, os povos originários e o sagrado no compromisso com a vida do planeta. São eles: povos indígenas; profecia; espiritualidade; direitos sagrados; bem viver; ecologia e povos da Amazônia.

Os cinco cadernos estão organizados com a intencionalidade política e pedagógica de gerar processos de formação sobre os elementos que estruturam as questões sociopolíticas do país e a dimensão da mística e da espiritualidade presentes nas ações das pastorais e dos movimentos sociais. Os conteúdos tem o formato de artigo ou texto, para ser aprofundado de forma individual e coletiva.

A ***Coleção Mutirão de Formação*** é composta por cinco cadernos, totalizando 39 artigos e textos. A pastoral, movimento social, grupo ou coletivo tem a autonomia para conhecer o material e organizar o melhor caminho para trabalhar os conteúdos, fazendo a escolhas dos assuntos e temas que estão mais presentes nas realidades locais, dentro do planejamento das atividades da 6ª Semana Social Brasileira. A maioria dos artigos e textos trazem as *perguntas geradoras* para o debate e aprofundamento.

Aproveitem! O mutirão começou!



Dedicamos aos profetas da esperança!

Agradecemos pela dedicação e gratuidade das mulheres e homens que compartilham seus saberes neste caderno.

TERRA, TETO, TRABALHO: DIREITOS SAGRADOS

Francisco De Aquino Júnior*

O serviço aos pobres sempre ocupou um lugar central na vida da Igreja. Isso se pode comprovar na Sagrada Escritura e em toda a Tradição da Igreja. Aparece como constitutivo de sua “essência” e como “dever” de “cada um dos fiéis” e da “comunidade eclesial em todos os seus níveis”¹. É que o amor a Deus é inseparável do amor ao próximo (Cf. 1 Jo 4, 20). E o amor ao próximo, por mais universal que seja, tem no caído à beira do caminho (Cf. Lc 10, 25-37) ou nos pobres e sofredores (Cf. Mt 25, 31-40) seu critério e sua medida escatológicos. Como recordava o papa João Paulo II, “é certo que ninguém pode ser excluído do nosso amor [...]; mas, segundo as palavras inequívocas do Evangelho [Mt 25, 35-36], há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles”. E nisso também “a Igreja mede a sua fidelidade de Esposa de Cristo”².

Mas se o serviço aos pobres é uma constante na história da Igreja, a forma como foi sendo desenvolvido varia muito de acordo com o tempo, com as necessidades e com as possibilidades de ação. O mais comum sempre foi e continua sendo a assistência a necessidades imediatas (comida, roupa, remédio, abrigo etc.) e o cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade (idosos, doentes, órfãos etc.). Entretanto, a consciência moderna de que a pobreza e a marginalização não são um fato isolado e casual, mas um fenômeno



1 BENTO XVI. Carta Encíclica Deus Caritas est: Sobre o amor cristão. São Paulo: Paulinas, 2008, n. 22, 20.



2 JOÃO PAULO II. Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte. São Paulo: Paulinas, 2002, n. 49.

massivo que é fruto do modo de organização da sociedade obrigou a Igreja a ampliar sua compreensão e prática de serviço aos pobres. Além da sempre necessária assistência imediata aos necessitados, é preciso empenhar-se pela transformação da sociedade. E aqui não basta o apelo à “conversão do coração”. É preciso também lutar pela transformação das estruturas da sociedade. É a dimensão socioestrutural da caridade ou da opção pelos pobres³.

Pobreza e sociedade

Ao longo do século XX foi crescendo na sociedade e na Igreja a consciência de que a pobreza, opressão e marginalização não são um fato isolado e casual, mas um fenômeno massivo e um produto social, fruto do modo como a sociedade está organizada. E a consciência desse caráter massivo e estrutural da pobreza e marginalização social teve profundas consequências sociopolíticas e eclesiais. Por mais importante e necessário que seja o serviço caritativo-assistencial, não é suficiente. É preciso se enfrentar com uma forma de organização da sociedade que favorece e protege os interesses dos setores dominantes e produz pobreza e marginalização social. É preciso criar mecanismos que limite a acumulação de bens e poder, que distribua riqueza, que garanta as condições materiais, sociais, políticas, culturais e religiosas de reprodução da vida. Numa palavra, é preciso transformar a sociedade.

Certamente, há indícios muito claros disso que estamos chamando dimensão socioestrutural da caridade ou da opção pelos pobres na Escritura e na Tradição da Igreja. Pensemos, por exemplo, na denúncia dos profetas contra a acumulação de riquezas, contra o salário não pago dos trabalhadores, contra a violação do direito das viúvas nos tribunais, contra a espoliação dos bens dos pequenos,



3 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Pastoral social: Dimensão socioestrutural da caridade cristã*. Brasília: CNBB, 2016.

contra um culto aliado à injustiça social e, sobretudo, em sua defesa radical do direito do pobre, do órfão, da viúva e do estrangeiro. Pensemos também nas reflexões sobre a destinação universal dos bens e sobre a política como arte do bem comum, desenvolvidas na Tradição da Igreja. Mas a consciência explícita disso e, sobretudo, das consequências pastorais daí decorrentes é bastante recente na Igreja. Está profundamente ligada ao desenvolvimento das encíclicas sociais: da *Rerum novarum* de Leão XIII (1891) à *Laudato si'* de Francisco (2015). Tem no Concílio Vaticano II, particularmente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje, um marco fundamental e decisivo. Foi profundamente marcada pelo dinamismo eclesial latino-americano, desencadeado pela Conferência de Medellín. E tem sido retomada e revigorada pelo papa Francisco, tornando-se mesmo um ponto central de seu magistério pastoral⁴.

É preciso criar mecanismos que limite a acumulação de bens e poder, que distribua riqueza, que garanta as condições materiais, sociais, políticas, culturais e religiosas de reprodução da vida. Numa palavra, é preciso transformar a sociedade.

A Conferência de Medellín (1968) já falava de “estruturas opressoras”, “estruturas injustas”, “violência institucionalizada” e da necessidade de “novas e renovadas estruturas”⁵. E a Conferência Puebla (1979) reconhece que a pobreza “não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econô-



4 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Teologia em saída para as periferias*. São Paulo: Paulinas, 2019.



5 Cf. CELAM. *Conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 7, 10, 31, 11, respectivamente.

micas, sociais e políticas”⁶ e fala explicitamente de “dimensão social do pecado”, de “estruturas de pecado” ou de “pecado social”⁷. E isso vai repercutindo e se consolidando no magistério da Igreja.

Em sua Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*, Paulo VI, não só afirma que “entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem laços profundos”⁸, mas afirma claramente que “a Igreja tem como algo importante e urgente que se construam estruturas mais humanas, mais justas, mais respeitadoras dos direitos da pessoa e menos opressivas e menos escravizadoras”⁹. Em sua Carta Encíclica *Sollicitudo rei sociales*, João Paulo II, fazendo uma leitura teológica dos problemas modernos, fala explicitamente de “estruturas de pecado”¹⁰ e propõe como alternativa a essas “estruturas de pecado” a “solidariedade” em todos os âmbitos e níveis da sociedade¹¹. Nessa tradição, o *Compêndio de Doutrina Social da Igreja* fala de “pecado social”¹² e “estruturas de pecado”¹³ que devem ser superadas e transformadas em “estruturas de solidariedade”¹⁴ e fala da “caridade social e política”¹⁵.



6 CELAM. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões da Conferência de Puebla*. Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1979, n. 30.



7 Cf. *Ibidem*, n. 28, 70, 73, 281, 282, 452, 487, 1258.



8 PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii nuntiandi*: Sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, n. 31.



9 *Ibidem*, n. 36.



10 JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Sollicitudo rei sociales*. São Paulo: Paulinas, 1990, n. 35-37.



11 Cf. *Ibidem*, n. 38-40.



12 Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011, n. 117.



13 Cf. *Ibidem*, n. 119, 193, 332, 446, 566.



14 Cf. *Ibidem*, n. 193, 332.



15 Cf. *Ibidem*, n. 2007-208.

Não basta que cada um seja melhor [...] aos problemas sociais responde-se, não com a mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias”.

Francisco tem denunciado fortemente o atual sistema socioeconômico e insistido na necessidade de mudança estrutural¹⁶. Reconhece que “a desigualdade é a raiz dos males sociais”¹⁷ e afirma com Bento XVI que, “embora a ‘justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política’, a Igreja ‘não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça’”¹⁸. Fala do “amor civil e político” como “uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre indivíduos, mas também ‘as macro relações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos’”¹⁹ e da necessidade de conversão social: “não basta que cada um seja melhor [...] aos problemas sociais responde-se, não com a mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias”²⁰.

De modo que o serviço aos pobres ou a opção pelos pobres na Igreja tem uma dimensão socioestrutural fundamental e irrenunciável que diz respeito à organização da sociedade e se efetiva na luta pela transformação das estruturas da sociedade.



16 FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii gaudium*: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013, n.53-60; IDEM. *Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Brasília: CNBB, 2015, p. 6-9.



17 IDEM. *Exortação Apostólica Evangelii gaudium*. *Op. cit.*, n. 202.



18 *Ibidem*, n. 183.



19 IDEM. *Carta Encíclica Laudato si'*: Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015, n. 231.



20 *Ibidem*, n. 219.

Transformação da sociedade

Não basta ter consciência de que a opção pelos pobres tem uma dimensão socioestrutural. É preciso empenho real e efetivo pela transformação das estruturas da sociedade. E isso se dá tanto pela conscientização quanto pelo fortalecimento de processos e organizações populares de luta por direitos.

Falando do auxílio que a Igreja pode prestar à sociedade humana, o Concílio Vaticano II diz que de sua “missão religiosa decorrem encargos²¹, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a lei de Deus²². Medellín é ainda mais concreto e preciso ao afirmar que “criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã” e que “a justiça e conseqüentemente a paz conquistam-se por uma ação dinâmica de conscientização e de organização dos setores populares²³. Na mesma direção aponta Paulo VI ao afirmar que “no campo social, a Igreja sempre teve a preocupação de assumir um duplo papel: o de iluminar os espíritos [...] e o de entrar em ação e difundir, com uma real solicitude de serviço e de eficácia, as energias do Evangelho²⁴. Tudo isso tem sido retomado e explicitado por Francisco numa dupla insistência: Primeiro, numa denúncia constante contra o que tem chamado “cultura do descartável”, “ideal egoísta”, “globalização da indiferença²⁵ e no anúncio



21 A versão portuguesa das Vozes curiosamente traduz “múnus” por “benefícios”. A versão portuguesa do site do Vaticano traduz por “encargo”.



22 *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, n. 42. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: *Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis Vozes, 1995.



23 CELAM. *Conclusões de Medellín*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 33, 32, respectivamente.



24 PAULO VI. *Carta Apostólica Octogesima adveniens*. São Paulo: Paulinas, 2011, n. 48.



25 Cf. FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. *Op. cit.*, n. 53, 54, 67.

e na convocação para uma cultura da solidariedade²⁶. Segundo, no diálogo e na cooperação com os movimentos populares como sujeitos privilegiados da transformação da sociedade: “Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, em vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos 3Ts (Terra, Teto, Trabalho) e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudanças nacionais, regionais e mundiais”²⁷.

Isso aponta para um duplo aspecto no modo de colaboração da Igreja com o processo de transformação da sociedade: um aspecto cultural e um aspecto social. Por um lado, a Igreja deve denunciar tudo que ofende e destrói a vida humana e o conjunto da criação; deve mostrar a incompatibilidade entre a fé e toda forma de injustiça, preconceito, discriminação e banalização da vida humana; deve ser defensora radical e incondicional dos direitos humanos; deve sensibilizar a sociedade para as situações de injustiça e sofrimento e ajudar a compreender as causas da pobreza e marginalização social; deve anunciar e cultivar valores e práticas de compaixão, solidariedade e justiça; enfim, deve ser promotora da “civilização do amor” ou da “cultura de solidariedade”. Por outro lado, deve cooperar com os processos e movimentos sociais, particularmente dos setores pobres e marginalizados da sociedade, na medida em que lutam pela conquista, garantia e defesa de seus direitos; deve despertar e promover lutas e organizações populares por direitos; deve criar pastorais e organismos para acompanhar os pobres em suas lutas e organizações populares; deve fortalecer a articulação de forças sociais em defesa do bem comum a partir da garantia de direitos dos pobres e marginalizados²⁸. E deve fazer isso com os meios e a



26 Cf. *Ibidem*, 58, 188-189; IDEM. *Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Brasília: CNBB, 2015, p. 6.



27 IDEM. *Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Brasília: CNBB, 2015, p. 9.



28 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Organizações populares*. São Paulo: Paulinas, 2018.

força de que dispõe: a força da palavra e força de sua organização institucional.

6ª Semana Social Brasileira

A 6ª Semana Social Brasileira se insere nesse processo mais amplo de colaboração com a transformação da sociedade. Quer despertar, renovar e dinamizar essa dimensão socioestrutural da fé e da missão evangelizadora da Igreja. E faz isso convidando as igrejas, as religiões, as organizações populares e o conjunto da sociedade para um grande “mutirão pela vida”. Está em jogo a vida de grande parte da população, a quem é negada até as condições materiais básicas de sobrevivência: “terra, teto, trabalho”. Essa situação se impõe como imperativo ético-religioso maior de nosso tempo e exige um grande mutirão que articule forças sociais e fortaleça e desencadeie processos sociais em vista da garantia desses direitos que, como afirma o papa Francisco, são “direitos sagrados”²⁹. O objetivo imediato é sensibilizar a sociedade, mobilizar e articular forças sociais, fortalecer e multiplicar as lutas por direitos, desencadear novos processos de luta e organização populares em torno do desafio/apelo/exigência maior de nosso tempo: “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho”³⁰.

Se isso envolve e deve comprometer todos os seres humanos (senso ético-humanitário), envolve e deve comprometer de modo particular os crentes (fé religiosa). No caso concreto do cristianismo, cujo centro é o amor fraterno e cuja medida são as necessidades dos pobres e marginalizados, é algo decisivo. Por isso, não



29 IDEM. *Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. *Op. cit.*, p. 8.



30 *Ibidem*, p. 18.

é estranho que a Igreja assuma a tarefa de convocar, mobilizar e articular um “mutirão pela vida”. O cuidado da casa comum, a defesa da vida, a garantia dos direitos dos pobres e marginalizados estão no centro do Evangelho. “Terra, Teto e Trabalho”, dizia o papa Francisco no primeiro encontro com os movimentos populares, “são direitos sagrados”. E “exigi-lo não é estranho” à Igreja. “É a doutrina social da Igreja”³¹.

***Francisco De Aquino Júnior** é Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte (CE); professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).



31 *Ibidem*, p. 8.

ECOLOGIA INTEGRAL E BEM-VIVER: 6ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA OU “SEMANA SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRA”?

Moema Miranda*

No ano 2000, dois renomados cientistas, um Prêmio Nobel de Química, P. Crutzen, e um especialista em ciência marinha, E. Stoemer, afirmaram em artigo especializado que a Terra tinha entrado em uma nova era geológica³².

O Planeta, em seus aproximadamente 4,5 bilhões de anos, tem uma longa história de mutações. Nos últimos 12 mil anos esteve em equilíbrio climático e estabilidade, em uma era que os geólogos denominam Holoceno. Toda a cultura humana que conhecemos, toda a arte, filosofia, ciência e religião de que temos notícia constituíram-se nesta Era. Um período de enorme vitalidade criativa para toda a vida.

Os cientistas indicam que as alterações atuais, que interferem na geofísica da Terra, ficando registradas tanto nas pedras quanto na atmosfera, têm origem na ação da espécie humana e, portanto, sugerem que entramos na Era Geológica chamada Antropoceno. Embora inicialmente restrito aos meios acadêmicos, muito rapidamente o nome antropoceno começou a ser utilizado também por cientistas sociais e filósofos. Ao nomeá-lo assim, expressam a dimensão da “crise” da qual o aquecimento global é o fenômeno mais conhecido popularmente, mas não a única evidência. No Antropo-



32 Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoemer, “The Anthropocene”, IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter 41 (2000):17.

ceno está acontecendo o degelo das calotas polares, o aumento dos níveis dos oceanos, a extinção de muitas espécies animais; há um conjunto de fenômenos que indicam que não se trata apenas de uma crise, mas sim do colapso do Sistema Terra da forma como nós e muitíssimas gerações de humanos antes de nós conhecemos.

Não podemos mais pensar na sociedade humana, na nossa história, na nossa vida, na política, na democracia ou na economia sem pensar ao mesmo tempo, intrinsecamente, no Planeta e em todas as suas formas de Vida.

Podemos parecer estranho começar um texto para a Semana Social falando do Planeta Terra e não de pobreza, desigualdade ou violência. E é estranho mesmo! Até muito pouco tempo atrás, as questões relativas ao Planeta eram estudadas pelas ciências exatas, por cientistas que, em geral, só se envolviam com suas pesquisas. Mas, como disse a jornalista canadense Naomi Klein, com o aquecimento global “muda tudo”³³! Neste novo tempo, no Antropoceno, a chamada “questão ambiental” não é mais uma opção. Ela é imperiosa. Não podemos mais pensar na sociedade humana, na nossa história, na nossa vida, na política, na democracia ou na economia sem pensar ao mesmo tempo, intrinsecamente, no Planeta e em todas as suas formas de Vida. A história humana e a da Terra são uma e a mesma história. Não haverá salvação ou redenção para a nossa espécie – independente da religião ou credo que professemos - sem um compromisso absoluto e inquestionável com o Planeta. Quando falamos da “Casa Comum”, falamos de nós mesmos. Democracia, soberania e economia só podem ser pensados no Antropoceno envolvendo outros atores, que em geral não nos acostumamos a consultar e



33 <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Novo-livro-de-Naomi-Klein-O-capitalismo-e-a-mudanca-climatica/3/31897>

nem mesmo tratar como sujeitos: temos que perguntar aos mares, aos rios, às florestas e às abelhas o que acham de nossas propostas de soberania, e negociar a democracia com eles. Um novo tempo e uma nova forma de ser e estar: “isto muda tudo”. Tudo mesmo! Por isto, poderíamos falar não apenas de uma “Semana Social”, mas reconhecer que se trata de uma “Semana Socioambiental”!

Em um movimento de importância transcendente, o Papa Francisco em 2015, quando o mundo se preparava para mais uma rodada de debates sobre o aquecimento global, publicou a Encíclica *Laudato Si'*. Nela, partindo do acolhimento do que há de mais avançando na produção científica, o Papa assume para a Igreja a responsabilidade irrefutável de atuar ao lado de todas as pessoas de boa vontade, no enfrentamento do que ele classifica como uma “complexa crise socioambiental” (LS 139). O colapso ambiental, produzido pela ação humana, não é, no entanto, responsabilidade igual de todos. As causas da crise radicam no modo de produção, acumulação e desperdício que, desde a Modernidade, fomos induzidos a classificar como “progresso e desenvolvimento” (LS 194). Nesta história, como afirma a Encíclica, “há vencedores e vencidos” (LS 176). Mais do que isto, sabemos que os que mais contribuíram para o aumento da poluição não serão os primeiros afetados pelo colapso ambiental. Bem ao contrário!

A “crise socioambiental” exige uma mudança profunda dos países mais ricos, dos governos neoliberais e destrutivos.

No entanto, mesmo entre governos e movimentos sociais ocupados com o enfrentamento de injustiças e desigualdades, muitas vezes as políticas públicas para a superação do que se definia como

“pobreza” visavam incluir mais pessoas no mercado de consumo, nos termos hegemônicos em que este atua: aumento ilimitado de consumo e dívida. Termos que não levam em consideração o fato de que -embora a Terra seja um planeta imenso e generoso- mesmo assim, tem limites. Por isto, aqui na Terra é possível que todos e todas vivamos bem, mas não que acumulemos ilimitadamente produtos que exigem a extração de matéria e energia. Daí, a imensa relevância da proposta de “sobriedade feliz”, apresentada na Encíclica como o caminho para nosso bem viver, bem estar nesta Casa, comum a toda a Criação!

A radicalidade do colapso ambiental que vivemos exige, portanto, um sentido de conversão que é muitíssimo mais profundo do que o das gerações que nos precederam. Exige que façamos uma “conversão da conversão”, que sejamos capazes de reconhecer não apenas os limites ecológicos da Terra, mas, ainda mais profundamente, que identifiquemos que este é um planeta vivo e vivente, cheio de inteligência e capacidade gerativa e generativa. Mais do que consciência ecológica, é urgente reconhecer a ecosofia, a sabedoria da própria casa. Ela é a matriz da vida. Nós somos verdadeiramente seus filhos e filhas. Nela habitamos e dela dependemos.

A “crise socioambiental” exige uma mudança profunda dos países mais ricos, dos governos neoliberais e destrutivos. Mas implica, também, conversão em relação aos nossos desejos de consumo e ao que - como pastorais e movimentos sociais - definimos como viver bem, viver dignamente, viver sobriamente!

É aqui, neste humilde caminho de re-aprender com a Terra um jeito novo de se viver, que nos encontramos com os povos que sabem mais: os indígenas, as comunidades tradicionais, os ribeirinhos, os quilombolas. Povos que vivem cuidando! Que “aprendem com os pássaros e olham os lírios”, para com eles construir laços de amor e fraternidade. Que pedem licença e permissão para entrar, para pisar, para pescar. Que habitam com gratidão a Terra e celebram a alegria da suficiência!



Perguntas geradoras:

- 1) Como o conhecimento e a consciência da crise socioambiental redefinem nossa luta por justiça socioambiental? Luta por terra, teto e trabalho? O que mais precisamos saber sobre a Terra e seus sistemas, para construir propostas que nos ajudem a bem viver com ela e nela?
- 2) Que propostas de políticas públicas, especialmente em relação à economia (a administração da casa) devemos desenvolver, levando em conta a ecosofia (a sabedoria inerente de toda a Criação)?
- 3) Como estabelecer alianças intrínsecas, profundas, entre nossas lutas por justiça socioambiental na cidade, no campo, na floresta, nos rios e nos mares? O que seria uma sociedade socioambientalmente democrática? Quem são nossos aliados? Quem são os inimigos?

*Moema Miranda é Antropóloga, e franciscana secular e assessora da Repam-Brasil

O PROFETA AMÓS E A JUSTIÇA SOCIAL, POR TERRA, TETO E TRABALHO

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira*

Neste trabalho queremos aprofundar o tema da justiça social, a partir do livro do Profeta Amós. Vamos começar procurando conhecer um pouco sobre o Profeta Amós, depois vamos ver o contexto em que ele atuou como Profeta e a estrutura do livro do Primeiro Testamento que leva o seu nome. A partir disto, veremos a fala profética de Amós neste campo da justiça social e aplicando este tema à nossa realidade hoje, como Igreja.

1. O Profeta Amós

Amós era um pastor de ovelhas e cultivava sicômoros em Técuá, Judá, a uns 17 km de Jerusalém e 10 km ao sul de Belém, no tempo do rei Ozias de Judá e do rei Jeroboão de Israel³⁴. Não foi um Profeta profissional e não pertenceu a nenhum grupo organizado de profetas. Amós não foi criado para ser um profeta. Ele não recebeu treinamento especial em alguma escola para formar profetas. Era apenas um homem comum, vivendo sua vida normal, quando sentiu-se chamado por Deus para falar em seu nome. Amós mesmo declarou:

Não sou profeta nem discípulo de profeta. Foi o Senhor Deus que me tirou de detrás do rebanho e me ordenou: vai profetizar contra Israel, o meu povo³⁵.



34 Cf. Amós 1,1; 7,14.



35 Amós 7,14-15

Esta recusa de ser chamado profeta evidencia a sua ruptura com as instituições formais de seu tempo: o palácio real e o templo. Foi esta independência institucional que permitiu a Amós proclamar a Palavra de Deus livremente sem nenhuma preocupação com a opinião pública ou interesses escusos.

Não se sabe se Amós era o dono dos rebanhos e das figueiras ou se trabalhava como empregado. Sua perícia com as palavras e o alcance notadamente amplo de seus conhecimentos históricos e cosmológicos, em geral, excluem a hipótese de ser um camponês iletrado.

Alguns estudiosos afirmam que após o cumprimento de sua missão, Amós tenha retornado para Técuá e lá ter redigido suas palavras tal como as temos hoje na Bíblia. Outros estudiosos, por sua vez, afirmam que não foi Amós que escreveu, mas seus discípulos.

2. Contexto em que Amós viveu

Foi enviado de Judá, o reino do sul, para exercer sua atividade profética no Reino do Norte, Israel, mais precisamente em Betel, o santuário do rei Jeroboão³⁶, onde havia um dos bezerros de ouro³⁷. Falou tão ousadamente que o sacerdote Amasias mandou dizer ao rei Jeroboão que Amós conspirava contra ele³⁸.

O próprio livro de Amós indica isto, quando registra a fala do Sacerdote Amasias, tentando expulsar Amós e fazer calar a voz do Profeta:

Ó visionário, vai embora! Some para a terra de Judá! Vai ganhar a vida fazendo lá tuas profecias. Não me venhas mais profetizar em Betel. Isto aqui é um santuário real, uma dependência do palácio do rei!³⁹.



36

Cf. Amós 7,13.



37

Cf. 1Rs 12.28-29.



38

Cf. Amós 7.10-13.



39

Amós 7, 12-13.

O ministério profético de Amós aconteceu entre os anos de 760 a 750 a.C. durante o reinado de Jeroboão II no Reino do Norte (Israel) e de Uzias no Reino do Sul (Judá). Um período de muita prosperidade para Israel e Judá, pois, não havia mais a ameaça da Síria, que havia sido vencida pela Assíria, décadas antes. Por sua vez, a Assíria passava por problemas internos em virtude dos conflitos com a Síria, e não apresentava mais perigo⁴⁰.

Amós faz ouvir a sua voz como advertência contra a leviana despreocupação do Povo de Israel para com a Lei do Senhor, que ensina a misericórdia para com os fracos e pequenos; para com as ameaças políticas, numa confiança ingênua no seu Rei Jeroboão II, Amós alerta para o perigo da invasão da Assíria, como de fato depois aconteceu⁴¹.

3. Estrutura do livro

O conteúdo do livro de Amós por ser dividido em três blocos de oráculos:

1. Capítulos 1 e 2: Uma coletânea de Oráculos contra todos os povos da região: Damasco, Filistéia, Tiro, Edom, Amon, Moab, Judá e Israel;

2. Capítulos 3 a 6: Coleção de Oráculos contra Israel e a elite da Samaria;

3. Capítulos 7 a 9: Visões da destruição e da salvação final⁴².



40 Cf. Artigo Introdução ao Livro de Amós – O profeta da justiça social, publicado no site <http://milhoranza.com>, acessado dia 24 de julho de 2015, às 17:15 horas.



41 Cf. Introdução ao livro da Profecia de Amós. Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB, p. 1147; Artigo sobre Amós, de Dennis Allan, publicado no site <http://www.estudosdabiblia.net>, acesso em 24 de julho de 2015, às 16:10 horas.



42 Cf. Introdução ao livro da Profecia de Amós. Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB, p. 1147.

4. Amós: o Profeta da justiça social

A estabilidade política proporcionou condições para que os reis Jeroboão II (Israel) e Uzias (Judá) expandissem novamente as fronteiras da Palestina chegando aos mesmos limites dos reis Davi e Salomão⁴³. Isso possibilitou a retomada do comércio internacional e da agricultura proporcionando, desta forma, a estabilidade econômica. A segurança política e econômica, no entanto, favoreceu apenas os comerciantes e a corte, pois o povo sustentava toda essa estrutura por meio da injustiça social e da escravidão. O resultado disso foi a miséria do povo⁴⁴.

A religiosidade era intensa, porém mecânica e distante da presença real de Javé⁴⁵. A raiz do problema de Israel era que vivia uma religiosidade de aparência. Embora Israel mantivesse as formalidades rituais da lei e até excedesse nelas.

Ide em peregrinação a Betel para pecar! A Guilgal para pecar ainda mais! Levai de manhã os sacrifícios de comunhão, ao terceiro dia, vossos dízimos! Queimai com pão a oferenda de louvor! Anunciai vossas promessas, divulgai-as bastante! É disso mesmo que gostais, filhos de Israel!⁴⁶.

A idolatria era muito comum

Carregareis Sacut, vosso rei, e Caivã, vosso ídolo, vossos deuses astrais que vós mesmos tereis fabricado⁴⁷.



43 Cf. 2Reis 14, 23-25.



44 Cf. Amós 2,6; 8,6.



45 Cf. Amós 4,4-5; 5,21-23.



46 Amós 4, 4-5.



47 Amós 5, 26.

Também a violência e a injustiça

Assim diz o Senhor: não perdoarei Israel por seus três crimes e, agora, por mais este: Vendem o justo por dinheiro, o indigente, por um par de sandálias, esmagam a cabeça dos fracos no pó da terra e tornam a vida dos oprimidos impossível⁴⁸.

Amós, como fez o Profeta Isaías, viu e denunciou esta religiosidade de aparências e a prosperidade econômica e social que beneficiava apenas alguns poucos em detrimento da pobreza de muitos⁴⁹. Portanto, foi a idolatria e a injustiça social que motivou Amós a sair de Judá, Reino do Sul, para Israel, Reino do Norte. Amós denuncia com força e coragem estes dois pecados do povo de Israel: a idolatria e a injustiça social.

Amós resgatou a dimensão ética da Aliança em relação ao próximo, como parte do amor a Deus. Ele apela em favor de todos os pobres, injustiçados e oprimidos pelos ricos, comerciantes desonestos, líderes corruptos, juízes sem escrúpulos e falsos sacerdotes. Vejamos suas palavras:

Escutai esta palavra, vacas de Basã, do planalto de Samaria, vós que explorais os fracos e esmagais os indigentes⁵⁰.

Ai dos que vivem tranquilos em Sião, dos que estão confiantes no monte da Samaria, os chefes principais do povo a quem acode a casa de Israel⁵¹.



48 Amós 2, 6-7.



49 Cf. Isaías 3,13-15.



50 Amós 4, 1.



51 Amós 6, 1.

Ai dos que se deitam em camas de marfim ou se esparramam em cima dos sofás, comendo cordeiros do rebanho, vitelos cevados em estábulos⁵².

Os lugares altos de Isaac serão demolidos, os santuários de Israel serão arrasados e venho com a espada contra a casa de Jeroboão⁵³.

De acordo com Amós, o povo escolhido de Deus deve primar pela justiça social como um aspecto essencial da Aliança. Para Amós, a injustiça social era fruto da pouca importância que os israelitas davam aos mandamentos da Aliança. Não amar ao próximo era consequência da falta de amor a Deus⁵⁴.

Para quem achava que Deus nada exigia além do cumprimento dos rituais, e uma vez realizados, podia-se fazer o que bem entendesse, Amós indica a justiça social como a manifestação indispensável da verdadeira piedade.

Quero apenas ver o direito brotar como fonte, e correr a justiça qual regato que não seca⁵⁵.

Amós condena a todos que se tornam ricos e poderosos à custa dos outros. Os que tinham duas casas esplêndidas, móveis caros e mesas ricamente guarnecidas, defraudando, pervertendo a justiça e esmagando os pobres, perderiam tudo que possuíam⁵⁶.



52 Amós 6, 4.



53 Amós 7, 9.



54 Cf. Artigo Introdução ao Livro de Amós – O profeta da justiça social, publicado no site <http://milhoranza.com>, acessado dia 24 de julho de 2015, às 17:15 horas.



55 Amós 5, 24.



56 Cf. Amós 3,15; cf. Artigo “Estudo do livro do profeta Amós”, publicado no site www.santovivo.net, acessado em 24 de julho de 2015, às 23:20 horas.

Como Amós, também, a Igreja deve denunciar tudo aquilo que fere a dignidade da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus, bem como tudo que ameaça a vida no planeta Terra, obra das mãos de Deus. Denunciar toda forma de atentado à vida, as injustiças sociais, a corrupção, o egoísmo, a concentração dos bens criados por Deus nas mãos de poucas pessoas, a mentira...

A Igreja é chamada a dar o seu testemunho por Cristo, assumindo posições corajosas e proféticas, diante da corrupção do poder político ou econômico⁵⁷.

O testemunho profético requer a busca constante e apaixonada da vontade de Deus, uma comunhão eclesial generosa e imprescindível, o exercício do discernimento espiritual, o amor pela verdade. O referido testemunho exprime-se ainda mediante a denúncia do que é contrário à vontade divina e a busca de novos caminhos para atuar o Evangelho na história, na perspectiva do Reino de Deus⁵⁸.

5. A rejeição de Amós

Os profetas e as profetizas sabem que a palavra profética poderá, às vezes, levar à conversão de alguns poucos, mas que na maioria das vezes leva ao endurecimento de muitos.

Amós não ficou fora desta condição dos Profetas. Ele enfrentou forte oposição quando transmitiu a mensagem de Deus ao povo. Amasias, sacerdote de Betel, não aceitava a pregação de Amós e tentou expulsá-lo do país⁵⁹. Vejamos as táticas e os argumentos de



57 Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Redemptoris Missio, n° 43.



58 Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata, n° 84b. Copiado de Arquivo.



59 Cf. Amós 7, 10-13.

Amasias para prejudicar Amós na vivência de sua vocação e missão de Profeta de Deus:

a) **Usou a sua influência política** junto ao Rei Jeroboão, inclusive levantando calúnia, mentindo, para obter do rei a aprovação do que ele queria, a saber, a expulsão de Amós⁶⁰.

b) **Usou o povo e não a Palavra de Deus como argumento** para expulsar Amós, dizendo: “O país não pode mais tolerar suas palavras... Amós está dizendo que Jereboão será morto à espada e que Israel será levado para o cativeiro longe de sua terra”⁶¹.

c) **Desprezou o Profeta de Deus por ser estrangeiro**, ao invés de considerar a mensagem dele⁶².

d) **Defendeu seu “território” com a autoridade dada pelos homens**, citando o santuário do rei – não de Deus! – e o templo do reino – não do Senhor!⁶³.

Como aconteceu com Amós, acontece, também, com os Profetas e Profetizas de hoje e de todos os tempos. O anúncio e a denúncia, geralmente, incomodam quem está longe do projeto de Deus. Sempre aparecerão os “Amasias” querendo fazer calar a voz profética. Ameaças, perseguições, atentados, mentiras, assassinatos fazem parte da história da Igreja de todos os tempos. Jesus já nos preparou para esta realidade da rejeição e perseguição por causa dEle e do seu Evangelho.



60 Cf. Amós 7, 10.



61 Amós 7, 10b-11.



62 Cf. Amós 7,12.



63 Cf. Amós 7,13.

Vede, eu vos envio como ovelhas para o meio de lobos... Cuidado com as pessoas, pois vos entregarão aos tribunais e vos açoitarão nas suas sinagogas. Por minha causa sereis levados diante de governadores e reis⁶⁴.

Ele mesmo viveu seus três anos de vida pública, de missão, num estado permanente de conflito com os Fariseus, os Doutores da Lei e os dirigentes do Império Romano. Vejamos alguns textos desta oposição acirrada contra Jesus.

Imediatamente os fariseus, com os herodianos, tomaram a decisão de eliminar Jesus⁶⁵.

Os sumos sacerdotes e os escribas procuravam um modo de prender Jesus e matá-lo à traição⁶⁶.

Os escribas e os fariseus observavam Jesus, para ver se ele faria uma cura no dia de sábado, a fim de terem motivo para acusá-lo... Eles se encheram de raiva e começaram a discutir entre si sobre o que fariam contra Jesus⁶⁷.

Alguns fariseus se aproximaram e disseram a Jesus: Sai daqui, porque Herodes quer te matar⁶⁸.

Os sumos sacerdotes e os escribas estavam presentes e o acusavam com insistência. Herodes, com seus soldados, tratou Jesus com desprezo, zombou dele⁶⁹.



64 Mateus 10, 16-18.



65 Marcos 3, 6.



66 Marcos 14, 1.



67 Lucas 6, 7.11.



68 Lucas 13, 31.



69 Lucas 23, 10-11.

De novo, os Judeus pegaram em pedras para apedrejar Jesus⁷⁰.

O batalhão, o comandante e os guardas dos Judeus prenderam Jesus e o amarraram⁷¹.

Mas como Amós, somos chamados a perseverar até o fim, como nos manda e fez Jesus.

Sereis odiados por todos, por causa de meu nome. Mas quem perseverar até o fim, esse será salvo⁷².

Ide dizer a essa raposa: eu expulso demônios e faço curas hoje e amanhã; e no terceiro dia chegarei ao termo. Entretanto, preciso caminhar hoje, amanhã e depois de amanhã, pois não convém que um profeta morra fora de Jerusalém⁷³.

6. A Resposta do Profeta Amós

Amós não ficou intimidado pela censura de Amasias. Não recuou, não desistiu de sua vocação e missão. Enfrentou corajosamente a Amasias e fez a sua defesa em três argumentos significativos.

I. “Não sou profeta, nem discípulo de profeta!”⁷⁴. Amós veio da roça para pregar a palavra de Deus! Ele não pertencia a nenhum “grupo de profetas” que se elevava acima das pessoas comuns e até acima da própria palavra de Deus. Amós ajuda a comunidade supe-



70 João 10, 31.



71 João 18, 12.



72 Mateus 10, 22.



73 Lucas 13, 32-33.



74 Amós 7, 14.

rar os preconceitos que possam existir contra o profeta por causa da sua origem humilde. Serve para nos lembrar que a profecia vem da margem, da periferia, do meio dos marginalizados e excluídos. São estes, por excelência, os “intérpretes de Deus”. Sobre esta afirmação de Amós, José Comblin comenta:

A declaração de Amós supõe que há, em Israel, profetas profissionais que formam uma casta, já que existe filhos de profetas. Em Israel, o rei Jeroboão II tem na sua corte um grupo de profetas, cuja mensagem é bem diferente da de Amós: são bajuladores do poder do rei e os seus oráculos têm por efeito reforçar a auto-estima do rei⁷⁵.

II. “Foi o Senhor Deus que me tirou de detrás do rebanho e me ordenou: vai profetizar contra Israel, o meu povo!⁷⁶. Amós tinha consciência de que a única autorização que precisamos ter para pregar a Palavra de Deus é o chamado e o envio do Senhor! Ninguém deve autorizar ou proibir um cristão, uma cristã a viverem a dimensão profética de sua vocação. A ordem vem de Deus: vai profetizar!

Tudo o que eu te mandar dizer, dirás!⁷⁷.

III. “Escuta a Palavra do Senhor. Tu mês estás dizendo: não profetizes contra Israel... Pois assim diz o Senhor: ... Tu mesmo irás morrer em terra profana e Israel será levado prisioneiro para longe de sua terra”⁷⁸. Amós em vez de fugir com medo das ameaças de Amasias, enfrenta-o, dizendo a verdade do que estar para acontecer com ele



75 COMBLIN, José. A profecia na Igreja. Paulus, 2008, p. 35.



76 Amós 7, 15.



77 Jeremias 1, 7.



78 Amós 7, 16-17.

e com o povo de Israel⁷⁹. Amós não se amedronta com as ameaças de Amasias. Enfrenta-o corajosamente. Atitude comum nos profetas e profetizas bíblicos e de toda a história de nossa Igreja. Esta coragem vem da certeza de que falam em nome de Deus e que vem de Deus a força e a sabedoria para cumprirem bem a missão recebida, como aparece no relato da vocação de Jeremias.

Não tenhas medo deles, pois estou contigo para defender-te – oráculo do Senhor. O Senhor estendeu a mão, tocou-me a boca e disse: eu ponho minhas palavras na tua boca⁸⁰.

7. A vocação profética na Igreja

A Igreja nos ensina que pelo Batismo participamos da missão profética de Jesus. Ninguém fica de fora: quem é batizado torna-se Profeta. Portanto, ser profeta na Igreja não é opção, é missão inerente à vida cristã.

A dimensão profética é dimensão essencial da missão evangelizadora da Igreja⁸¹.

Para a CNBB evangelizar é uma ação eminentemente profética, porque é o anúncio de uma boa nova portadora de esperança. Por isto nos convida a fazer um aprofundamento da dimensão profética da ação evangelizadora⁸².



79 Cf. ALLAN, Dennis, Amós, artigo publicado no site <http://www.estudosdabiblia.net>, acesso em 24 de julho de 2015, às 16:10 horas.



80 Jeremias 1, 8-9.



81 CNBB. Evangelização e missão profética da Igreja. Documentos 80, p. 26. Paulinas, 2ª edição, 2005.



82 Cf. Ibidem, p. 22.

Tudo começa com a experiência de Deus em nossa vida, que nos faz entrar em uma maior sintonia com a vontade de Deus e isto acaba mudando nosso modo de ver e de pensar, de sentir ou de julgar, de comportar-se e de falar. O Profeta, a Profetisa é alguém que se deixa conduzir pelo Espírito Santo, para assim agir como mensageiro de Deus, está afinado com a vontade de Deus, vê a realidade com os olhos de Deus. Por isso ele anuncia o amor de Deus, sua ternura e misericórdia, e sua paixão pela vida humana e denuncia a injustiça, a exploração, o domínio dos fortes sobre os fracos e tudo que ofende o povo a quem Deus quer bem. O profeta, a profetisa sacode as consciências e aponta no meio dos conflitos a força da libertadora de Deus.

Anunciar e denunciar são duas dimensões inseparáveis da vocação e da missão profética. Não se trata de opção anunciar ou denunciar, mas de viver uma e outra dimensão, ou seja, devemos anunciar e denunciar, ou até poderíamos dizer anunciar denunciando e denunciar anunciando. Anunciar o Reino de Deus e ao mesmo tempo denunciar tudo que existe que impede o Reino de Deus a crescer entre nós. Denunciar o que na sociedade não está como Deus deseja e ao mesmo tempo lembrar os valores do Reino. Como profetas e/ou profetizas não falamos em nosso próprio nome, mas somos chamados/as a anunciar a Palavra que Deus. A própria definição etimológica da palavra profeta nos indica isto: aquele que fala em nome de Deus, um porta-voz de Deus. Vejamos:

Profeta/Profetiza (do **grego**: προφήτης, prophétes) pode significar pessoa que fala por inspiração divina ou em nome de **Deus**⁸³.

Por isto Jesus é chamado de Profeta⁸⁴, porque ninguém melhor do que Ele foi o porta voz do Pai⁸⁵. Disse Jesus:



83 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Profeta>, acessado dia 25 de julho, às 11:00 horas.



84 Cf. Lc 7,16; Jo 6,14; 7,40; 9,17.



85 Cf. Jo 4, 34; 5, 19.36-37; 8, 26-29.

Nada faço por mim mesmo, mas falo apenas aquilo que o Pai me ensinou. Aquele que me enviou está comigo. Ele não me deixou sozinho, porque eu sempre faço o que é de seu agrado⁸⁶.

Nós, seguidores e seguidoras de Jesus Cristo, devemos fazer como Ele fez

Dei-vos o exemplo, para que façais assim como eu fiz para vós⁸⁷.

Vivendo a dimensão profética de nosso batismo, devemos estar sempre em comunhão com o Pai, através da oração, da meditação de sua Palavra, para deixar-se inspirar por Ele e assim então poder falar em nome dEle. O Bem Aventurado Justino, fundador da Congregação Religiosa, Sociedade Divinas Vocações – Vocacionistas, pede que se dê muita atenção às divinas inspirações⁸⁸.

São João Paulo II falando para a Vida Consagrada ajuda-nos a entender esta necessidade da união com Deus para vivermos bem a dimensão profética de nossa vocação.

A verdadeira profecia nasce de Deus, da amizade com Ele, da escuta diligente da sua Palavra nas diversas circunstâncias da história. O profeta sente arder no coração a paixão pela santidade de Deus e, depois de ter acolhido a palavra no diálogo da oração, proclama-a com a vida, com os lábios e com os gestos, fazendo-se porta-voz de Deus contra o mal e o pecado⁸⁹.



86 Jo 8, 28b-29.



87 Jo 13, 15.



88 RUSSOLILLO, Giustino. Ascensione, n°s. 624 a 631. Sem Editora, 1993.



89 Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata, n° 84b.

Os profetas bíblicos demonstram ter uma consciência bem nítida de que eles falavam em nome de Deus e não em seu próprio nome. Vejamos alguns exemplos:

O Senhor me disse... E o Senhor ainda voltou a falar comigo... Assim diz o Senhor Deus... Assim diz o Senhor, o vosso Libertador⁹⁰.

Veio a mim a palavra do Senhor... O Senhor estendeu a mão, tocou-me a boca e disse: eu ponho minhas palavras na tua boca... Veio a mim de novo a palavra do Senhor... Palavra do Senhor a Jeremias...⁹¹.

A Palavra do Senhor veio a mim nestes termos...⁹².

Assim diz o Senhor... Escutai o oráculo que o Senhor pronuncia contra vós... Pois assim diz o Senhor Deus à casa de Israel... Eis o que me mostrou o Senhor Deus...⁹³.

A Igreja lembra sempre que a nossa profecia terá força e eficácia se houver coerência entre o anúncio e a vida⁹⁴. O Papa Paulo VI, em 1974, já nos ajudou a compreender a força que tem o testemunho para a missão evangelizadora da Igreja, quando disse:

O testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as



90 Isaías 8,1.5; 22, 15; 42, 5; 43, 14.



91 Jeremias 1,4.9.13; 2,1; 7,1; 11,1; 14,1; 18,1; 32,1.



92 Ezequiel 6,1; 7,1; 11,14; 12,1.21; 13,1; 14,12; 15,1; 16,1; 17,1; 18,1; 21,1; 22,1; 23,1.



93 Amós 1,3.6.9.11.13; 2,1.4.6; 3,1; 5,4; 7,1; 8,1.



94 Cf. Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata, nº 85b. Copiado de Arquivo.

testemunhas de que os mestres... ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas⁹⁵.

Esta afirmação do Papa Paulo VI nos faz lembrar do que nos disse Jesus, convidando-nos a fazer brilhar a nossa luz no mundo, para que as pessoas ao verem nossas boas obras pudessem glorificar a Deus Pai⁹⁶.

As Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil que somos uma Igreja que “anuncia o ‘Evangelho da Paz’”, mas que isto não significa “ignorar nem deixar de enfrentar os desafios da violência explícita ou institucionalizada pelas injustiças sociais”. Chama a isto de “tarefa profética que exige ação de denúncia e anúncio, sendo voz dos sem voz”⁹⁷.

O Documento de Puebla já dizia: “Na força da consagração messiânica do batismo, o Povo de Deus... é enviado como povo profético que anuncia o Evangelho ou faz discernimento das vozes do Senhor no coração da história. Anuncia onde se manifesta a presença de seu Espírito. Denuncia onde opera o mistério da iniquidade, mediante fatos e estruturas que impedem uma participação mais fraterna na construção da sociedade e no desfrutar dos bens que Deus criou para todos”⁹⁸.

No sentido de denunciar onde opera o mistério da iniquidade, o Papa Francisco na Exortação pós-sinodal “Querida Amazônia”, fala da necessidade da gente se indignar diante das “operações econômicas... que danificam a Amazônia e não respeitam o direito dos



95 Papa Paulo VI. Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, nº 41. Paulinas, 19ª edição, 2006.



96 Cf. Mt 5, 16.



97 Documentos da CNBB 109. Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023, n. 105.



98 N. 267.

povos nativos do território”⁹⁹. O Papa Francisco afirma que nossa indignação deve ser como a indignação de Moisés, como a indignação de Jesus e como a indignação de Deus perante a injustiça e cita o Profeta Amós (2, 4-8; 5, 7-12)¹⁰⁰.

O próprio Papa Francisco nos diz que “ninguém pode exigir-nos que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos”¹⁰¹ e “faz-nos mal permitir que nos anestesiem a consciência social”¹⁰².

Conclusão

Amós é um profeta precursor, radical, exemplar e paradigmático. A profecia de Amós é, em certo modo, um divisor de águas na história da profecia no sentido de que instaura um novo jeito de ser profeta. A revelação de que Deus é solidário com os pisados e libertador dos oprimidos¹⁰³, constitui-se quase como uma nova revelação do Sinai, que deve por fim ao conflito entre o ser humano e a divindade, em favor do ser humano.

Assim escreve Gilvander Moreira:

O profeta Amós não apenas critica pessoas corruptas, mas questiona também de modo muito forte o sistema gerador de pessoas corruptas. Não somente as mazelas pessoais estão na mira do “camponês” que en-



99 Papa Francisco. Exortação Apostólica pós-sinodal Querida Amazônia, n. 14, Edições CNBB, 1ª. edição, 2020.



100 Cf. Idem, n. 15.



101 Papa Francisco. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, n. 183, Paulinas, 1ª edição, 2013.



102 Papa Francisco. Exortação Apostólica pós-sinodal Querida Amazônia, n. 15, Edições CNBB, 1ª. edição, 2020.



103 Cf. Amós 4,4-13.

trou para a história como um grande profeta. Amós tem consciência de que o problema fundamental da injustiça reinante na sociedade não é fruto somente de fraquezas e ambigüidades pessoais, mas tem como causa motriz estruturas sócio-econômico-político-cultural e religiosas que engrenam uma máquina de moer pessoas. Na mira do profeta Amós também estão relações comerciais que causam endividamento, aprisionam pessoas e escravizam, retirando a liberdade de ser pessoa humana¹⁰⁴.

Por isto poderemos afirmar que Amós é o Profeta da justiça social. Modelo e inspirador de todas as pessoas empenhadas na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais ecológica, mais solidária, mais fraterna, mais cristã. E assim nos ensina o Papa Francisco:

Uma fé cristã – que nunca é cômoda nem individualista – comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois de nossa passagem¹⁰⁵.

Ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social¹⁰⁶.

Encerramos, fazendo nosso o pedido de Dom Hélder Câmara ao Monge Beneditino Marcelo Barros, poucos dias antes de sua morte: não deixe cair a profecia!¹⁰⁷.



104 MOREIRA, Gilvander Luís. Profeta Amós, a luta contra a injustiça social e o juízo iminente, artigo publicado no site <http://www.ihu.unisinos.br/noticias>, acessado em 25 de julho de 2015, às 10:20 horas.



105 Papa Francisco. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, nº 183, Paulinas, 1ª edição, 2013.



106 Ibidem, nº 201.



107 Cf. BARROS, Marcelo. A vocação profética das Comunidades Eclesiais de Base, in Texto Base do 13º Intereclesial das CEBs, 2014, p. 87.

* José Ionilton Lisboa de Oliveira é bispo da Prelazia de Itacoatiara.

Referências

1. Livros

COMBLIN, José. A profecia na Igreja. Paulus, 2008.

RUSSOLILLO, Giustino. Ascensione, nºs. 624 a 631. Sem Editora, 1993.

2. Documentos do Magistério

CNBB. Evangelização e missão profética da Igreja. Documentos 80. Paulinas, 2ª edição, 2005.

Documento de Puebla, in Documentos do CELAM, Paulus, 2004.

Papa Francisco. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, Paulinas, 1ª edição, 2013.

Papa Francisco. Exortação Apostólica pós-sinodal Querida Amazônia, n. 14, Edições CNBB, 1ª. edição, 2020.

Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata.

Papa João Paulo II. Exortação Apostólica Redemptoris Missio.

Papa Paulo VI. Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, Paulinas, 19ª edição, 2006.

3. Artigos em sites

ALLAN, Dennis, Amós, artigo publicado no site <http://www.estudosdabiblia.net>.

BARROS, Marcelo. A vocação profética das Comunidades Eclesiais de Base, in Texto Base do 13º Intereclesial das CEBs, 2014, p. 87.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Profeta>.

MOREIRA, Gilvander Luís. Profeta Amós, a luta contra a injustiça social e o juízo iminente, artigo publicado no site <http://www.ihu.unisinos.br/noticias>.

TERRA, TETO E TRABALHO

Sandro Gallazzi*

No mundo rural bíblico - depois que as populações passaram do nomadismo ao sedentarismo - terra, teto e trabalho formavam uma única realidade: ter terra significava ter um teto e ter um trabalho.

Desde então, as narrativas bíblicas nos falam de conflitos, de disputas pela posse da “terra com água”, da terra fértil¹⁰⁸ (Gn 26,12-22; Jz 1,12-15).

Diversos acontecimentos e, sobretudo, longos períodos de seca naquelas terras semiáridas, favoreceram a concentração das terras nas mãos de poucos que cobraram o “tributo”, aos camponeses, para que eles pudessem trabalhar na terra.

Uma “radiografia” deste processo de concentração e de exploração a encontramos na narrativa de Gênesis 47,13-26. A conclusão desta narrativa nos descreve como ficou a situação do povo:

“Compra-nos a nós e a nossas terras em troca de pão, e nós e nossas terras seremos escravos do faraó (...). “José disse ao povo: “Eu vos comprei hoje, vós e vossas terras, para o faraó. Aqui tendes sementes: semeai vossos campos. No tempo da colheita, dareis a quinta parte ao faraó (...). José instituiu assim uma lei que vale ainda hoje, pela qual uma quinta parte da colheita pertence ao faraó” (Gn 47,18-26). Terra, teto e trabalho dos camponeses a serviço do faraó!

Os “dias de hoje” eram os dias de Salomão que, ligando o armazém ao templo, legitimava, assim, todo o processo de pesada tributação que ele impôs ao povo (1Rs 5,1-8).



108 A palavra hebraica *'adamah*, terra produtiva, contém o radical *"dam"* = sangue. Terra com sangue, com vida, com fertilidade.

A resistência dos profetas, porém, falou de lahweh, o Deus dos pobres, que desconstrói o projeto dos faraós e dos reis, dos que “ajuntam casa a casa e campo a campo, até non sobrar mais lugar para ninguém” (Is 5,8), dos que “se desejam um terreno, o roubam; querem uma casa e ficam com ela. Tomam posse da casa e do dono, do campo e do seu proprietário” (Mq 2,2).

Os profetas fizeram ressoar em nossos corações a “promessa” de lahweh: “Eu vos libertarei da escravidão... eu vos introduzirei na terra... e vo-la darei em possessão, eu lahweh” (Êx 6,6-8).

Este conflito atravessou os séculos. De um lado os reis que consideravam “povo de Israel” os que lhes eram súditos e lhes pagavam tributo e privilegiavam, com ricas doações de terras, os nobres e os poderosos. Do mesmo lado os sacerdotes que chamavam “filhos de Israel” os que viviam pela lei e pelo templo, e que consideravam grande parte das terras da Judeia “porção santa”, administrada por sacerdotes e levitas, e que, por isso, cobravam dízimos, ofertas e inúmeros sacrifícios (Ne 10,29-40).

Do outro lado estavam os profetas que proclamavam “povo de Deus” os espoliados, os oprimidos, os violentados: “Vós sois inimigos do **meu povo**. Tomais a roupa de baixo antes da de cima. Armais uma guerra para quem vivia tranquilo. Expulsais da felicidade do lar as mulheres do **meu povo** e, de seus filhos, tirais a dignidade que eu lhes tinha dado para sempre” (Mq 2,8-9). “Devoram a carne do **meu povo**, arrancam-lhe a pele, quebram-lhe os ossos; partem-no como os pedaços postos na panela, como a carne para a caçarola” (Mq 3,3).

A luta pela terra assume, assim, uma importante conotação teológica que vai além da dimensão econômica e social: Quem é o nosso Deus? Quem é o povo que Deus escolhe e acolhe?

Ao orgulho arrogante e imperialista de Nabucodonosor que quer se apoderar de toda a terra (Jdt 2,5-12) se contrapõe o Deus que Judite invoca: “tu és o Deus dos humilhados, o socorro dos pequeninhos, o defensor dos fracos, o protetor dos rejeitados, o salvador dos desesperados. Sim, sim, ó Deus de meu pai e Deus da he-

rança de Israel, dominador dos céus e da terra, criador das águas, rei de toda a tua criação, ouve a minha súplica!” (Jdt 9,10-12). O Deus criador é o Deus que liberta os pobres (ver também Sl 146,6-9).

A “terra” é, por isso, um importante e discriminante aporte teológico. O salmo 37 é um testemunho significativo desta teologia.

Daqui a pouco não existirá o ímpio; se olhares para seu lugar, não o encontrarás. Mas os pobres herdarão a terra, vão se alegrar com uma paz imensa.

Pois quem tem a bênção de Deus possuirá a terra, quem é por ele maldito será exterminado.

Iahweh ama a justiça. Os maus serão destruídos para sempre, a sua descendência, eliminada. Os justos possuirão a terra e nela, para sempre, vão morar (Sl 37).

Mateus colocará esta bênção nas bem-aventuranças, proclamadas por Jesus (Mt 5,5), numa Galileia onde imperava o latifúndio, provocando muitos desempregados que aguardavam ser chamados a qualquer hora para algum serviço (Mt 20,1-16). Os pequenos camponeses eram obrigados a semear em terras imprestáveis de beira de estradas, entre pedras e espinhos (Mt 13,3-9). Muitos escolhiam trabalhos como a pesca, a criação de porcos, nunca mencionados no primeiro testamento. Aumentava sempre mais o número de servos e escravos.

Os “pobres da terra” - como a bíblia chama os sem-terra – irão produzir páginas proféticas que ecoarão na memória dos pobres de geração em geração.

É a certeza dos exilados: Não mais te chamarão Abandonada nem tua terra será chamada de Desolada. Ao contrário, serás chamada de Meu Bem e tua terra será chamada de Senhora, pois Iahweh se apaixonou por ti, a tua terra estará casada. Nunca mais darei teu trigo em alimento a teus inimigos, nem os estrangeiros irão beber o teu vinho, que tanto trabalho te custou! Ao contrário, quem colher o trigo é que há de comê-lo, louvando a Iahweh, quem colher uvas

é que há de beber o vinho no recinto do meu Santuário (Is 62,4-9).

É o projeto popular narrado no livro de Rut que garante a todos e a todas o direito à terra, ao trabalho, ao pão e ao filho, sem distinção de credo, de raça, de gênero.

É a sabedoria da Coélet a deixar claro: “Nada é melhor para alguém do que comer e beber, e exibir os frutos de seus trabalhos: e vejo que isso vem da mão de Deus” (Co 2,24). Este é o “bom”, é a porção que Deus nos garante. Todo o resto é “ vaidade das vaidades”, só neblina que desaparece ao amanhecer.

Maria, a mãe de Jesus, proclamará em alto e bom som, esta memória secular, ecoando as palavras que Ana, a mãe de Samuel, tinha cantado mais de 1000 anos antes: Deus, na sua misericórdia, mostrou a força de seu braço: dispersou os orgulhosos nos planos de seu coração. Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humilhados. Encheu de bens os famintos e mandou embora os ricos de mãos vazias. (Lc 1,51-53).

Este é o nosso Deus, o Deus que Jesus encarnou, nos revelou e testemunhou até o martírio da cruz: “Ide contar a João o que estais ouvindo e vendo: cegos recuperam a vista, paráliticos andam, leprosos são curados, surdos ouvem, mortos ressuscitam e aos pobres se anuncia a Boa-Nova. E feliz de quem não se escandaliza a meu respeito!” (Mt 11,4-6).

Os pés de Jesus sempre estiveram junto aos “pequeninhos” e, sempre fiel ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus, ele enfrentou Jerusalém, centro dos poderes que, em nome de um falso deus e de César, legitimavam a opressão dos sem terra, dos sem teto e dos sem trabalho.

E nos convidou a segui-lo neste caminho, sabendo que, inevitavelmente, seremos perseguidos por causa da justiça e por sermos testemunhas/mártires dEle e deste evangelho. Nosso é o reino.

Nestes “dias de hoje”, quando aumenta a concentração das terras, a devastação ambiental e a violência contra os pobres e suas casas, nossas comunidades precisam continuar gritando como Jesus, como Maria, como as profetisas e os profetas de todos os tempos,

de todas as religiões, de todos os povos, como o papa Francisco:

“Nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”.

*Sandro Gallazzi atua na Comissão Pastoral da Terra (CPT) a serviço da organização de movimentos sociais, na defesa dos direitos dos pobres e na preservação do meio ambiente. É membro do movimento bíblico latino-americano e do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI).

O SÍNODO E OS DIREITOS DOS POVOS DA AMAZÔNIA

Felício Pontes Jr.*

O Documento do Sínodo para a Amazônia confirma a evolução da Igreja Católica na promoção dos direitos ambientais e dos povos e comunidades da região. O primeiro documento dos bispos da Amazônia brasileira foi a **Carta de Santarém de 1972**. Nela, havia a denúncia profética contra o **modelo de desenvolvimento imposto pelo regime ditatorial** que não levava em consideração nem o meio ambiente nem seus habitantes.

O encontro de Santarém foi o marco inicial. Na proporção em que aumentava a degradação ambiental e social, cada novo documento tornava-se mais contundente. Merecem destaque os encontros do episcopado latino-americano, em particular os **Documentos de Puebla, Santo Domingo e Aparecida**.

O ponto culminante foi a encíclica **Laudato Sí'** (2015). A **Amazônia**, mencionada duas vezes, **é retirada da periferia do Planeta para ser conduzida ao centro**. Sua participação na regulação climática mundial une ciência e religião. Sua degradação afeta os povos da floresta e de todos os continentes. Sua recuperação é urgente.

O Documento do Sínodo para a Amazônia prosseguiu nessa evolução. Ele contém **três pilares jurídicos inovadores** com o intuito de salvar a Amazônia e seus povos: **(i) a adoção do Pluralismo; (ii) o respeito aos indígenas isolados; e (iii) o reconhecimento do direito da natureza**.

O **Pluralismo** reconhece a sociedade como **pluriétnica e intercultural**. Na prática significa respeitar os direitos das minorias. Trata-se de uma **nova relação sociedade hegemônica-minorias**, que se realiza através da interculturalidade (33, 55, 98). A doutrina Colonia-

lista que defendia “a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros, seja economicamente, culturalmente ou religiosamente” (55), não mais prevalece. “No momento atual, a Igreja tem a oportunidade histórica de se diferenciar das novas potências colonizadoras (...)” (15). A doutrina Pluralista está baseada em **três direitos fundamentais: a autodeterminação; a demarcação dos territórios; e a consulta prévia, livre e informada** (47).

Pela **autodeterminação**, os povos e comunidades “deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural” (Convenção 169/OIT, art. 7º, 1). Assim, não cabe impor modelos de desenvolvimento, ainda que seja da maioria, sobre as minorias étnicas ou culturais.

A **demarcação dos territórios** é tão fundamental que deve ser encarada como direito alicerce que sustenta os demais direitos, como saúde, educação, segurança alimentar, cultura... E não se trata de um direito restrito aos povos indígenas. “Mestiços, ribeirinhos, camponeses, quilombolas e/ou afrodescendentes e comunidades tradicionais” são sujeitos desse mesmo direito (n. 47). Sua importância pode ser sintetizada na frase da líder indígena Sônia Guajajara diante do Congresso Nacional em 2014: “Nós não negociamos direitos territoriais porque a terra, para nós, representa a nossa vida. A terra é mãe, e mãe não se vende, não se negocia. Mãe se cuida, mãe se defende, mãe se protege”.

O **direito à consulta prévia, livre e informada** é garantia de que todas as vezes que um projeto de lei ou um plano do governo ou de empresa, como rodovia, hidrelétrica, ferrovia, mineração..., atingir um povo indígena, quilombola ou tradicional, estes devem ser consultados antes de o projeto/plano ser aprovado (Convenção 169/OIT, art. 6º, 1, a). Ele é o meio pela qual se exerce um verdadeiro diálogo intercultural.

O **segundo pilar jurídico inovador** trata dos direitos dos **Povos Indígenas em Isolamento Voluntário (PIAV)** (49, 50). Neste ponto a Igreja apoia os documentos internacionais que permitem a proteção aos índios isolados, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção 169/OIT (1989); e a Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas (2007).

O Documento do Sínodo para a Amazônia determinou a responsabilidade das Igrejas locais “em ações específicas de defesa de seus direitos, em ações de incidência para que os Estados assumam a defesa de seus direitos através da garantia legal e inviolável dos territórios que tradicionalmente ocupam” (50).

Por fim, no **terceiro pilar jurídico**, o Documento do Sínodo para a Amazônia dá um salto importantíssimo na defesa do meio ambiente: **reconhece os direitos da natureza** (74, 84). O caminho para esse reconhecimento já estava aplainado pela encíclica mais lida na História da humanidade quando diz que “a Bíblia não dá lugar a um antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas” (LS 68).

Em se colocando em prática os ensinamentos dos padres sinodais, é possível sonhar com a passagem mais célere de uma sociedade colonialista para uma sociedade pluralista.

*Felício Pontes Jr. é procurador regional da República. Formado em Direito pela Universidade Federal do Pará, é mestre em Teoria do Estado e Direito e assessor da Repam-Brasil

POVOS INDÍGENAS: ESPERANÇA E RESISTÊNCIA

Antônio Eduardo Oliveira*

Tradicionalmente, a Semana Social Brasileira (SSB) tem como principal objetivo mobilizar a sociedade brasileira para o fortalecimento da democracia, que hoje, mais do que nunca, encontra-se fragilizada e ameaçada. Além disso, através da mobilização nacional da 6ª SSB - Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho – objetiva-se fortalecer a ação transformadora das Pastorais Sociais na defesa da vida e dos grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Sobre tudo, diante do cenário ainda mais desolador e desafiador da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Nesse contexto, chegamos ao mês de maio de 2020 com uma triste realidade: mais de 180 mortes de irmãs e irmãos indígenas vitimados pela Covid-19, em cerca de 80 povos, na sua maioria na região Amazônica. Essa situação já era prevista e denunciada pelos povos indígenas e instituições parceiras, devido ao processo de desestruturação do sistema de atenção à saúde indígena nos últimos anos, pelo preconceito e violência estimulados contra os indígenas e seus direitos constitucionais pelo atual governo, e ao fato de a pandemia ser mais letal aos mais pobres.

Anualmente, durante o mês de abril, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI promove a Semana dos Povos Indígenas, como espaço de divulgação da causa indígena, buscando transformar relações preconceituosas em atitudes de diálogo e solidariedade. Este ano, de forma limitada devido aos efeitos da pandemia, com a imposição do necessário de isolamento social, realizamos virtualmente a Semana dos Povos Indígenas 2020, com o tema **“Povos Indígenas na luta pelos territórios”** e o lema **“Sementes de vida, resistência e esperança”**. Fazemos, então, o chamamento às pessoas de boa von-

tade para se unir aos povos indígenas, comungando de sua coragem e de seu protagonismo na defesa da floresta e dos direitos sociais.

Somos hoje no Brasil uma população de mais de 202 milhões de pessoas (IBGE, 2019), dos quais uma população de aproximadamente 1 milhão de indígenas, sendo 305 povos, falando 274 línguas diferentes, reivindicando a demarcação de pelo menos 1.264 terras. As referidas comunidades tradicionais representam a maior diversidade étnica e cultural do planeta. A região amazônica representa a maior presença populacional com cerca de 60% dos indígenas do Brasil. Esses povos contribuem com toda a riqueza e diversidade cultural nas regiões do Brasil. Dentre eles, existem mais de 60 comunidades que exercem o seu direito de ser livres e não querer nenhuma forma de contato com a nossa sociedade, apesar das constantes investidas de indivíduos e empresas em seus territórios visando a exploração econômica.

Os povos indígenas, diante dessa conjuntura e desafios, nos ajudam a pensar um mundo plural, no qual todos os seres sejam respeitados e todas as pessoas valorizadas nas suas diferenças.

A luta dos povos indígenas no Brasil é de profunda resistência para a regularização dos seus territórios, e esse foco é geral a todos os povos. É a partir dessa luta que os povos indígenas sistematicamente questionam o estado, a sociedade e suas estruturas de dominação. A luta por territórios traz a perspectiva de autonomia, da convicção de que os modos de ser, de pensar e agir podem ser sustentáveis e viáveis, inspiradores para emergir experiências transformadoras, contrárias ao modelo capitalista, predatório, consumista, que converte tudo em mercadoria. Os povos indígenas, diante dessa conjuntura e desafios, nos ajudam a pensar um mundo plural, no

qual todos os seres sejam respeitados e todas as pessoas valorizadas nas suas diferenças.

O Sínodo para a Amazônia, em seu documento final (DF) e na exortação Querida Amazônia (QA), apresenta os desafios vividos pelos povos que são expostos a constantes conflitos “que levam ao etnocídio, ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças” (DF, 45. 2019), sendo esta a raiz da violência. É importante salientar que o atual governo brasileiro concebe uma política de máxima exploração dos recursos ambientais, e os povos indígenas são alvos preferenciais, pois representam a força de um pensamento, de uma filosofia, de uma epistemologia distinta, que sobrevive e torna viável a vida pautada no respeito profundo à terra. É necessário portanto refletir, lutar e garantir os direitos indígenas no Brasil, pois sua manutenção faz parte da garantia da vida do planeta. Os povos e comunidades indígenas são partícipes das lutas por direitos humanos, sociais e ambientais. Nos lembram uma origem de paz, mas sempre denunciam as agressões ao meio ambiente, combatem desmatamentos, ações predatórias, agem em defesa de um ambiente saudável para todos.

A luta dos povos indígenas no Brasil é de profunda resistência para a regularização dos seus territórios, e esse foco é geral a todos os povos.

Os direitos indígenas estão concebidos na Constituição Federal de 1988, mais explicitamente em dois artigos, 231 e 232, tendo sempre o direito à terra como uma questão de justiça social. O art. 231 diz que cabe ao estado brasileiro demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, fazer com que estas sejam respeitadas. Para, além disso, determina que esse direito é originário, portanto anterior à ocupação europeia no Brasil e que as terras

são indisponíveis, ou seja, somente os indígenas podem dela dispor, usufruir. A Constituição também diz que os direitos são inalienáveis, não podem ser trocados, arrendados, substituídos ou vendidos. E ainda, os direitos dos indígenas sobre suas terras são imprescritíveis, portanto não se esgotam com o passar do tempo. Valeram no passado e vigoram e valerão para todo o futuro. A Constituição concebe o usufruto exclusivo dos povos às suas terras (art. 232), não podendo qualquer pessoa usá-la, explorá-la. A Lei Maior estabelece que os indígenas detenham a posse das terras, no entanto, a propriedade será da União, cabendo a ela, através de seus governantes defender e fazer respeitar tais terras e seus bens (art. 231). Além desse direito à terra, a Constituição determina que o estado brasileiro, seus governantes, servidores e as estruturas de poder, devem respeitar as culturas, crenças, tradições, costumes, línguas e as organizações sociais e políticas dos povos indígenas (art. 231). O art. 232 determina que os povos e suas comunidades sejam tratados como sujeitos de direitos, rompendo em definitivo com visões e perspectivas de tutela e incapacidade e da integração e assimilação pela sociedade nacional. São em essência, todos esses direitos, caracterizados como fundamentais, que vêm sendo agredidos sistematicamente por particulares – pessoas ou grupos que pretendem se apossar, explorar e depredar as terras indígenas com a anuência do governo e seus servidores.

Por interesse espúrio do governo e de particulares, o reconhecimento ou a negação dos direitos indígenas, está sempre em jogo ou disputa. Já ocorreram inúmeras tentativas no Executivo e Legislativo no sentido de retirar esses direitos constitucionais dos povos indígenas, em especial os seus territórios para a exploração do capital. Na atual conjuntura, a disputa se encontra no Judiciário (Supremo Tribunal Federal), que irá julgar um Recurso Extraordinário (RE-1.017.365), um pedido de reintegração de posse do Estado de Santa Catarina, na terra indígena Ibirama Laklaño, do Povo Xokleng.

A terra já é identificada pelos estudos antropológicos da Funai e

declarada pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional, mas foi sendo sistematicamente reduzida no século XX. E agora tem a negação do estado de Santa Catarina com relação à tradicionalidade do território do povo Xokleng no Supremo Tribunal Federal. Em síntese, são duas teses principais que se encontram em disputa: de um lado a tese do Indigenato, uma tradição legislativa que remonta ao período colonial e que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário – ou seja, anterior ao próprio estado.

A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Do outro lado, há uma interpretação restritiva, que pretende restringir os direitos dos povos indígenas às suas terras ao reinterpretar a Constituição com base na tese do Marco Temporal, que vem a ser a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, caso os índios estivessem sob posse do território, somente nesta data, ou que estivesse sob disputa física ou judicial. A importância desse julgamento é que ele foi reconhecido como de repercussão geral, ou seja, a definição do tema será aplicada para todos os povos indígenas e seus territórios no Brasil e em todas as instâncias do Judiciário que seguirão a tese interpretada pelo Supremo Tribunal Federal; esse julgamento deverá ocorrer ainda neste ano de 2020.

A Constituição Federal de 1988 segue essa tradição e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”

Reafirmamos que a construção de uma nova sociedade, articulada aos projetos de futuro dos povos indígenas, negros e tradicionais, embalados ao som dos tambores e maracás, nos leva a rever o

passado e a sonhar um futuro melhor, um novo modelo social, justo, equilibrado, numa solidariedade articulada, uma terra sem males, um bem viver.

*Antônio Eduardo Oliveira é Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“

Visto que todas as criaturas estão interligadas, deve ser reconhecido com carinho e admiração o valor de cada uma, e todos nós, seres criados, precisamos uns dos outros”, papa Francisco na encíclica Laudato Si’ nº 42.

papa Francisco aos Movimentos Populares,
12 de abril de 2020

”





SSBrasileira



ssb.org.br

APOIO:

